



MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO



Guarapari – ES, 21 de dezembro 2017.

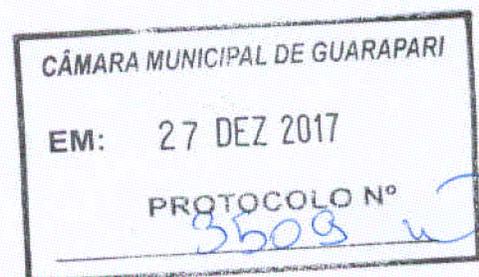
OF. GAB. CMG Nº. 192/2017
Encaminha mensagem de veto total

Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para encaminhar a essa Colenda Edilidade a **MENSAGEM Nº. 130/2017**, que apõe veto total ao **Projeto de Lei Nº. 082/2017**, de autoria da **Ilustre Vereadora Fernanda Mazzelli Almeida Maio**, que me foi encaminhado.

Atenciosamente,

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal



Excelentíssimo Senhor
VEREADOR WENDEL SANT'ANA LIMA
MD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI-ES.



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Guarapari – ES, 21 de dezembro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI	
EM:	27 DEZ 2017
PROCOLO Nº	3509

Handwritten: 02
Handwritten: W

Red circular stamp: CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

MENSAGEM Nº. 130/2017

Senhor Presidente e Nobres Edis,

Comunico à Mesa Diretora dessa ilustre Casa Legislativa que fazendo uso da competência que me é outorgada pela Lei Orgânica Municipal no artigo 67, § 1º combinado com o artigo 88, II, votei totalmente o **Projeto de Lei Ordinária nº. 082/2017**, de autoria da Conspicua **VEREADORA FERNANDA MAZZELLI ALMEIDA MAIO**, constante do caderno processual administrativo nº. 22.780/2017.

O Projeto de Lei foi aprovado em sua integralidade por esse Egrégio Parlamento e, conseqüentemente, transformado no autógrafo de Lei nº 082/2017, vindo-me para cumprimento das formalidades constitucionais.

O caderno processual foi submetido à Douta Procuradoria Geral do Município que, por sua vez, manifestou pelo veto ao Projeto de Lei Nº. 082/2017, conforme razões anexas, a qual acolhemos na integralidade a recomendação jurídica como fundamento para o veto total.

Inquestionável a nobreza da proposta de lei e a preocupação da Vereadora autora, porém, convém pontuar que o objeto da proposta de lei é privativo do Executivo Municipal por tratar-se de matéria administrativa.

Em que pese a intenção do legislador, deve-se ressaltar que o presente Projeto de Lei atenta contra o art. 58, Inciso IV da Lei Orgânica do Município – LOM, no que se refere às iniciativas que versem sobre matéria desta natureza.

Por esta razão **veto totalmente** o autógrafo de Lei em exame, por considerar que a proposição aprovada pela Câmara de Vereadores não atende o imperativo para qual foi estruturado, o que leva a vetar em sua integralidade a proposição que me foi apresentada.

Atenciosamente,

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
VEREADOR WENDEL SANT'ANA LIMA
MD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI-ES.



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

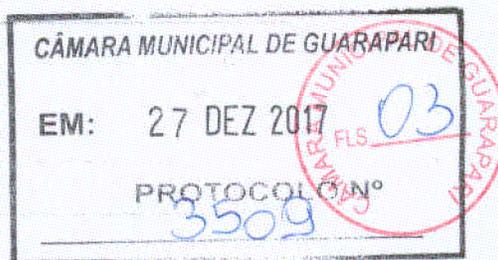


MANIFESTAÇÃO/ORIENTAÇÃO

Requerente: CAMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

Assunto: PROJETO DE LEI N. 082/2017 – PROCESSO N. 22780/2017

CONSIDERAÇÕES INICIAIS



Foram endereçados à PGM diversos ofícios datados de 11 de dezembro de 2017, encaminhados pela CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI para sanção ou veto de Projetos de Lei, todos APROVADOS NA 051ª Sessão Ordinária.

Inicialmente insta frisar a complexidade e atenção que importa a análise de projetos de lei, de modo que se deve compreender adequadamente sua natureza e determinar as matérias nele envolvidos para que seja concedido ao Chefe do Executivo orientação adequada e pertinente para a sanção ou veto.

RELATÓRIO E ANÁLISE

Foi enviado a esta Procuradoria **OFÍCIO CMG-GPP Nº768/2017** encaminhado pela CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI para análise do Projeto de Lei n. 082/2017, APROVADO NA 051ª Sessão Ordinária.

O referido Projeto de Lei dispõe sobre **exames oftalmológicos, no início do ano letivo, em alunos devidamente matriculados na rede municipal de ensino do município de Guarapari e dá outras providências**. Desta forma, foi solicitada manifestação e orientação da Doute Procuradoria Geral do Município, conforme R. Despacho de fls. 06.

É o relatório.



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI
EM: 27 DEZ 2017
PROTÓCOLO Nº 3509
FLS. 04
03

A) DELIMITAÇÃO DA ANÁLISE

Inicialmente, registre-se que a análise desta Procuradoria se restringe ao caráter jurídico do presente requerimento, não sendo considerados os aspectos técnicos ou econômicos do pleito, aspectos esses que se presumem apreciados pelos órgãos técnicos competentes para tanto (art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, em combinação com o art. 3º, inc. VII, da Lei Complementar Estadual nº 88/96).

B) ANÁLISE

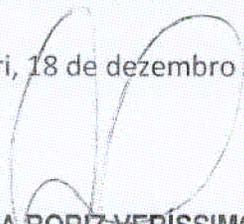
A norma ora analisada está inserida na competência legislativa Municipal, vez que trata-se de assunto de interesse local, em consonância com o art. 22 da Lei Orgânica deste Município de Guarapari.

Contudo, notório que o PL em questão cria atribuição para a Secretaria de Saúde, nos termos do art. 58, IV da Lei Orgânica supramencionada, tem limite na competência, vez que esta é privativa do Chefe do Poder Executivo.

CONCLUSÃO

Assim, levando-se em consideração as razões acima expostas, esta Procuradoria **opina pelo veto do presente projeto.**

Guarapari, 18 de dezembro de 2017.


LÚCIA MARIA RORIZ VERÍSSIMO PORTELA
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO
Matrícula nº 26491-1